

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Há muito que são conhecidas as situações de extrema exploração e profunda precariedade habitacional a que estão sujeitos milhares de trabalhadores migrantes na região do Alentejo, em particular na agricultura e nas explorações intensivas que por ali se foram instalando ao longo dos anos, seja no olival, seja no Perímetro de Rega do Mira. O próprio Bloco de Esquerda já trouxe ao Parlamento, e ao debate público, as situações de trabalho forçado, a existência de redes e de intermediários que vivem da traficância de força de trabalho altamente explorada e as péssimas condições de habitação a que são sujeitos. Várias associações de apoio aos migrantes têm feito a mesma denúncia. Nos últimos anos não têm faltado reportagens sobre o assunto.

A Resolução do Conselho de Ministros 179/2019 foi, nesta questão, altamente criticada por permitir que o alojamento de trabalhadores agrícolas fosse equiparado ao armazenamento de alfaias agrícolas e se pudesse solucionar com respostas que normalizam os guetos agora à vista de todos e todas. O Governo prevê ainda que estas soluções se possam desenvolver de forma “temporária” por 10 anos e que a área de produção possa triplicar relativamente ao existente. O Bloco de Esquerda continua a afirmar que esta resposta contorna a legislação de ordenamento do território e a Lei de Bases da Habitação e os regimes de construção e edificação e que redundaria no que agora se assiste: condições de habitação e saúde pública indignas para quem trabalha nestas explorações.

O que agora se noticia a propósito da cerca sanitária em freguesias do concelho de Odemira não é, por isso, nem novidade nem surpresa.

Também não é novidade a relação entre determinantes socioeconómicos (como o vínculo laboral, a qualidade do trabalho, as condições de habitação e de transporte ou o rendimento) e a doença. Essa relação está, há muito, bem definida e a Covid-19 não é uma exceção.

Em reuniões do Infarmed, situações de precariedade, de contratação e transporte por empresas de trabalho temporário e de sobrelotação de habitações foram, inclusivamente, identificadas

como causa de surtos de Covid-19. Um estudo do Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto concluiu existir um risco acrescido de ser infetado pelo SARS-CoV-2 e de vir a adoecer de Covid-19 em freguesias com maior privação material.

Não foi por acaso que no final de inúmeras reuniões do Infarmed o Bloco de Esquerda exortou o Governo a intervir nos determinantes sociais e económicos da pandemia. Por várias vezes dissemos que para controlar a pandemia e prevenir o aparecimento de cadeias de transmissão era preciso intervir nas causas que tornam pessoas e populações mais vulneráveis. À cabeça estavam as condições de trabalho, de transporte e de habitação, para além da óbvia necessidade de acesso a cuidados de saúde.

Impõe-se saber o que foi feito para mudar os determinantes e as condições de vida destes e de outros trabalhadores. O Governo anunciou por várias vezes que a ACT iria fiscalizar as atividades não confinadas, de forma a garantir a segurança dos trabalhadores. O que não fica claro na situação que agora veio ao conhecimento público é se atuou no caso concreto de Odemira e, de forma mais abrangente, nas estufas deste Perímetro de Rega que já se sabia serem altamente vulneráveis e no resto do trabalho agrícola, nomeadamente o intensivo e superintensivo. O Governo também reafirmou por diversas vezes a sua prontidão no âmbito de respostas habitacionais, no entanto, e pelo que se sabe, as condições de habitabilidade destes trabalhadores mantiveram-se em situação de sobrelotação e de indignidade, sem recurso a espaços públicos e privados que poderiam ter garantido o distanciamento e o corte das cadeias de transmissão.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio requerer ao Ministério da Saúde as seguintes informações:*

1. Sendo do conhecimento público, há vários anos, as condições de vida, de trabalho e de habitação de milhares de trabalhadores migrantes nas estufas e na agricultura no Alentejo, que medidas foram tomadas pelo Governo para prevenir casos de Covid-19 e cadeias de contágio, nomeadamente através da intervenção e modificação de determinantes sociais e económicos?
2. Que intervenções foram desenvolvidas pela ACT para garantir o cumprimento da legislação e das regras sanitárias junto desta população e seus locais de trabalho?
3. Que ações foram desencadeadas pelas autoridades de saúde para aferir das condições de vida, habitação e transportes desta população?
4. Que medidas foram tomadas pelo Governo para garantir, em nome da saúde pública e da dignidade humana, condições de habitação, de transporte e de trabalho condignas?
5. Qual a avaliação deste ministério sobre as propostas da referida Resolução do Conselho de Ministros quanto às determinantes socioeconómicas desta população, nomeadamente no que concerne a habitação?

Palácio de São Bento, 5 de maio de 2021

Deputado(a)s

MOISÉS FERREIRA(BE)  
JOSÉ MANUEL PUREZA(BE)  
JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)

Deputado(a)s

MARIA MANUEL ROLA(BE)

BEATRIZ GOMES DIAS(BE)